

**POLÍTICAS ASSISTENCIAIS COMO ALTERNATIVAS PARA EDUCAÇÃO:
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS HABITAÇÕES POPULARES, AS
CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO E O PAPEL DOS
INTELECTUAIS DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO VARGAS**

LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro – UNIGRANRIO

GT-14: Sociologia da Educação

Este trabalho pretende evidenciar algumas alternativas não-formais de educação ocorridas durante o Governo Vargas (1937-1945) através de uma série de políticas assistenciais dentro dos Parques Proletários Provisórios, que se tornaram alternativas de habitações populares para ex-moradores de algumas favelas cariocas que foram demolidas na Cidade do Rio de Janeiro neste período. Minha preocupação aqui se insere na possibilidade de apresentar a relação entre a questão da pobreza e da ordem social, ao mesmo tempo em que compreender como ações de políticas públicas na questão da habitação puderam mexer efetivamente com a questão educacional destes habitantes dentro dos Parques.

Deste modo, o objetivo deste trabalho está em observar como se deu a política social do Governo Vargas durante o chamado Estado Novo, traçando um cenário em que se desenvolveram de forma concomitante e relacionada idéias como trabalhismo, educação e saúde. Minha intenção aqui é apontar algumas atitudes que foram direcionadas às favelas e seus moradores, mostrando que tais atitudes não se encerravam no espaço geográfico, mas também estavam direcionadas ao espaço simbólico, já que as favelas se constituíam como um **problema social** a ser combatido pelo governo da cidade do Rio de Janeiro e até mesmo do país. Neste sentido, a criação dos Parques Proletários Provisórios aparece como alternativa não só de um modelo de habitação, mas como um espaço de relações de poder.

Num segundo momento, observaremos que não só atitudes pontuais às favelas e aos Parques se configuravam como ações para a política educacional. No ano de 1941 foram criadas as Conferências Nacionais de Saúde e Educação que debatiam temas próprios dos dois ministérios, mas que davam especial atenção ao modelo de Educação Sanitária, que tanto preocupava o país.

Para finalizar, abordaremos o modo como intelectuais contribuíram para o panorama da educação e das políticas públicas durante o período mencionado.

Como procedera no início do século XX, as doenças, a crise habitacional e a proliferação de idéias contra o sistema político eram responsáveis por uma mudança de olhares, já que representavam um mal que poderia não só pertencer aos habitantes das

favelas, mas poderia se difundir por toda a população. Estes eram problemas que não mais eram particulares de um grupo isolado na multidão de uma grande metrópole. Passava a ser um problema coletivo. Os olhares para as favelas não vinham somente da esfera política. De acordo com Marcelo Baumann Burgos (1988) “através da cultura, e muito especialmente da música popular, as favelas começam a ser incorporadas à vida social da cidade.”

Neste sentido, devemos observar que o espaço geográfico não é somente o local onde vive a sociedade, mas é ela própria materializada. Além disso, essa materialização não pode estar desvincilhada de seu caráter simbólico. E assim, não é diferente com a favela.

Numa nova tentativa de remodelar a cidade, o projeto de urbanização considerava agora a favela como empecilho. O Código de Obras de 1938 mostra melhor essa relação no que compete à consideração das favelas como uma “aberração”, impedindo melhorias e sugerindo seu fim. Dois anos após o Código de 1938, foi elaborado pelo então diretor do Albergue da Boa Vontade, Dr. Victor Tavares de Moura, um estudo sobre a situação das favelas. Era o momento em que este tipo de habitação popular entra na pauta dos políticos da cidade. Momento este que se tornou favorável à elaboração *Esboço para o Plano de Estudo para a Solução do Problema das Favelas do Rio de Janeiro*, de 1940. Neste Plano, Victor Tavares de Moura:

“...muito do esboço do plano que ora tenho a honra de apresentar, devo aos estudos e observações pessoais que fiz da vitoriosa experiência de Pernambuco no combate aos mocambos que eram em número de 45.581 abrigando uma população de 164.837 pessoas de todas as idades, sexos e profissões da linda capital do nordeste. É certo que a campanha que vai se realizar no rio, tem que diferir em muitos pontos daquela que se está realizando no Recife (...) A mim, se me afigura menos difícil resolver o problema da Favela do Rio do que o do Mocambo do Recife”.

No mesmo documento, Tavares de Moura mostra que um dos motivos da capacidade de habitação na cidade do Rio é o aproveitamento desordenado dos morros e terrenos abandonados, onde se constroem as favelas. São construídas, por vezes, em terrenos de particulares que acabam ajudando a construção de casebres. Outras, nasceram em terrenos da Prefeitura da União. E ainda escreve:

“Eu, pessoalmente, tenho a impressão de que a cidade do Rio de Janeiro, tem mais habitantes do que deveria ter. E este excesso é que representa, até certo

ponto, um peso morto para a população, deve estar localizado justamente nas favelas e nas casas de cômodo verdadeiros cortiços que, se diga de passagem, são mais perigosos para a saúde e para os costumes do que alguns barracões da favela. (...) Nas favelas é coisa sabida, moram indivíduos, que contam às vezes com bons salários. É o vício de viver no barracão, que o samba no nosso carnaval já canta como a melhor das vidas”.

No Brasil da época a definição de pobre tinha um valor individualizado. Ou seja, pobre era aquele que não trabalhava. E como a urbanização era algo que caracterizava um sentido cosmopolita, um universo múltiplo, era necessário que em tal urbanização estivesse integrado o trabalhador. Por isso, o trabalho era tido como um dever social. (MEDEIROS, 2002). E a miséria encarada como um mal que deveria ser extirpado pelo próprio bem-estar do indivíduo, bem como por sua posição social. Neste sentido, trabalho e educação davam as mãos na solução de diversos problemas refletidos no caráter social das pessoas.

Então, durante o Estado Novo, o Prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, juntamente com os Drs. Jesuíno de Albuquerque, Secretário Geral de Saúde Pública e Victor Tavares de Moura, tiveram como meta solucionar o problema das favelas do Rio de Janeiro com um novo planejamento urbano, pois elas começavam a ser incorporadas nas apreensões dos administradores da cidade e para os que nela pensavam como um problema urbano.

O Código de Obras da cidade do Rio de Janeiro, o primeiro reconhecimento legal da existência das favelas, (OLIVEIRA, 1981) não só proibia a continuação dos casebres bem como sugeria a construção de habitações proletárias, para exterminar com as favelas que incomodavam a cidade estética e sanitariamente, já que eram consideradas aglomerações que ocorrem de forma desordenada.

Em novembro de 1940 o então diretor do Albergue da Bôa Vontade, Dr. Victor Tavares de Moura apresenta ao Secretário Geral de Saúde Pública um plano para estudar as favelas. Soluções paliativas, já que de início a idéia de se construir parques proletários na cidade era num sentido provisório, mas que tomam o interesse de Henrique Dodsworth. Desse plano nasce um relatório em que o Dr. Moura avalia o conjunto do crescimento urbano e as favelas e inicia a idéia dos Parques Proletários como solução para seus habitantes.

Em outro documento sem título, Tavares de Moura informa que a iniciativa do Governo, através do Serviço Social, de realizar a construção dos Parques Proletários, grupos de casas de madeira, que tinham o caráter de provisórios. Na verdade, esse

caráter se deu porque técnicos do Serviço Social da Prefeitura achavam que não se deveria mudar o ambiente dos ex-moradores das favelas definitivamente. Seria necessário um período de “readaptação fiscalizada”, que incluiriam normas e regras de uma educação e ética própria para os moradores, porém dimensionadas por estes mentores.

Os indivíduos que lá se colocavam eram, portanto, fotografados, tinham suas impressões digitais e Raios X retirados, clinicados, vacinados e tinham sua vida particular completamente examinada para depois serem alocados em suas novas habitações. O controle da população não se dava, portanto, só nessa triagem de seus habitantes, mas também através de outras iniciativas, como mostra Victor Moura:

“Um microfone instalado na administração está ligado aos vários alto-falantes que se acham espalhados pelo Parque para transmitir todas as ordens, informações, avisos e conselhos educativos aos seus moradores aos quais é proporcionado todo o conforto material e intelectual, visando sempre a sua reeducação”.¹

Neste sentido, as autoridades começam a olhar e a reconhecer as favelas. Embora o primeiro censo das favelas do Distrito Federal tenha sido feito em 1948². Dr. Moura em 1941 entrega o relatório de estudos do problema das favelas feito por uma comissão composta por dois engenheiros que estudaram os terrenos e os tipos de habitação e dois médicos: o próprio Dr. Moura que dirigiu inquéritos e previu algumas medidas e um segundo, que manteve relações com o Serviço de Estado da Secretaria e recuperação social dos favelados. Este relatório evidencia sugestões que Victor Tavares de Moura chama de “preventivas” e “realizadoras”³.

Entre as medidas preventivas estavam soluções reeducadoras e controladoras, como por exemplo: “o controle de entrada no Rio de indivíduos de baixa condição social” e a promoção de “forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais de uns e incentivar a escolha de melhor moradia”. Já como ação realizadora, “Casas provisórias(...) e para elas transferidos os moradores dos casebres...”⁴.

¹ Acervo DAD/COC/FIOCRUZ – Fundo Victor Tavares de Moura.

² Prefeitura do Distrito Federal – Departamento de Geografia e Estatística – *Censo das Favelas, aspectos gerais*, Rio de Janeiro, 1949.

³ *Idem*.

⁴ *Ibidem*, pp.66-67.

Segundo documento produzido por Victor Tavares de Moura sobre o problema das favelas deveria se estabelecer a organização de uma Comissão para a campanha urbanística; ter um censo prévio das favelas cariocas; estudar seus moradores e estabelecer novas medidas. Com todas essas medidas tomadas deveria se construir novos tipos de habitação para os ex-habitantes das favelas, com o auxílio dos IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensões). Suas sugestões foram logo acatadas pelos IAPs e por Dodsworth, além de fazer um enorme sucesso com a imprensa que apoiava as decisões de Getúlio Vargas.

Em reportagem do jornal *Diário da Noite*, em março de 1942, observamos a intenção da Imprensa em relatar a remodelação urbana pelo qual passava a cidade. Intitulada “As favelas vão mesmo abaixo!”⁵, a reportagem traz fotos da transferência dos moradores de algumas favelas para a Gávea, considerada como “pitoresco bairro popular” em virtude da criação dos novos “barracões”, que seria o Parque nº 1. A reportagem observa o seguinte: “Durante muito tempo, todo mundo via nos morros da cidade apenas o pitoresco. O morro era mesmo para alguns espíritos sérios somente um tema folclórico”. E continua:

“Dando cumprimento a determinações expressas do prefeito Henrique Dodsworth, cujo governo colocou as favelas nos seus justos termos – um problema humano e social, interessando por outro lado, o quadro urbanístico da cidade, o sr. Jesuíno de Albuquerque, secretário de Saúde e Assistência, traçou e está executando largo e decisivo plano, para a imediata extinção das favelas”.

Em 1942, numa conferência feita na Academia Carioca de Letras, Victor Tavares de Moura diz:

“...esperamos que dentro de mais dois meses duas favelas, das mais feias do Rio, as do Largo da Memória, e aquela que o carioca apelidou, pitorescamente, de Cidade Maravilhosa, e que vai da margem da Lagoa Rodrigo de Freitas ao leito da linha do bonde do Leblon, não mais estejam manchando a nossa cidade.”

A partir dessas idéias o Governo toma a iniciativa de remover a primeira favela. A escolhida é a do Largo da Memória, extinta em 1942. O Prefeito ateia fogo aos restos mortais da favela e a população é removida para o primeiro Parque Proletário, o da Gávea, logo seguido pelos do Caju e o do Leblon.

⁵ Jornal *Diário da Noite*, Ano XIV, de 11 de março de 1942. pp. 3 e 8.

Um pouco mais de dois meses, após a reportagem acima, o mesmo jornal publica a ação do governo em extinguir a favela do Largo da Memória através do ateamento de fogo. O jornal considera a ação como algo sugestivo, que conta com a colaboração de dois contingentes do Corpo de Bombeiros e a presença de autoridades como o secretário de Saúde e Assistência Social, Jesuíno de Albuquerque, do secretário de Viação e Obras Públicas, Edison Passos e do prefeito Henrique Dodsworth, que, inclusive ateou a primeira chama. A reportagem que recebeu o título de “Fogueira de quase 1 Km entre a Gávea e o Leblon”⁶, ainda ressalta a grandiosidade desta atuação, informando que: “O sugestivo acontecimento, que vem demonstrar o carinho com que são tratadas atualmente as classes pobres, foi filmado pela repartição governamental competente”⁷.

As palavras de ordem eram substituição e reeducação. Deveriam substituir os locais, mas também os modos de vida das pessoas. As campanhas sanitária e educacional começavam pela zona sul, por ser considerada por Victor Tavares de Moura como local mais elegante da cidade e a iniciativa era estabelecida por uma idéia de que nas favelas havia uma questão de salubridade problemática, pobreza em geral promovida pela quantidade exorbitante de pessoas. Dr. Moura ainda dizia:

“É normal existirem em todas as grandes cidades indivíduos que, por motivos diversos, quais sejam: falta de educação, de saúde e de orientação, falta trabalho, indolência, vícios sociais, ambiência, etc., não conseguiram ajustar-se, como é necessário à vida social, pelo menos dentro de um padrão mínimo, exigido pela dignidade humana” (Moura, 1943:269).

A ação administrativa no Rio de Janeiro dos anos de 1940 pode ser observada, assim, através da vontade de adaptar as condições dos favelados ao problema da urbanização. Mais do que sanear, era preciso educar, fiscalizar, corrigir, disciplinar, selecionar. No Parque Proletário da Gávea, o Parque nº 1, como mostra Victor Vincent Valla (1986), havia mais do que moradias. Havia igreja, posto médico, festividades, visitas de autoridades, trabalhos educativos ministrados pelas assistentes sociais, inclusive do Presidente Getúlio Vargas, além de uma séria seleção para a entrada de moradores: deveria ser considerado pobre, pagar CR\$ 40,00 e ser cadastrado no posto policial próximo ao Parque. Ainda havia outros três Parques: Caju, Penha e Leblon.

⁶ Jornal *Diário da Noite*, Ano XIV, de 25 de maio de 1942. pp. 2 e 8.

⁷ Grifo nosso.

As mudanças para os Parques foram ocorrendo. Até 1943 três parques foram instalados e quatro favelas foram destruídas. Porém, as casas que diziam ser provisórias, nunca se tornaram definitivas. Não houve números de casas suficientes para recolher todos os favelados. Em 1944 Dr. Moura dá uma entrevista à *Folha Carioca* e diz:

“Para ser solucionado (o problema da favela), o esforço tem que ser de vulto. Porque a favela tem fôlego de sete gatos. Ela não é só o barracão que se incorpora a outro barracão e ainda a outros mais... (A favela é) um livro aberto que é preciso saber ler... A solução é complexa, mas pode encontrar-se começando-se por não destruir os casebres sem lhes dar substituto...”⁸

O Parque Proletário nº 1, era localizado à Rua Marquês de São Vicente, na Gávea, composto por 3.912 pessoas, abrigou moradores das favelas do Capinzal, Largo da Memória e outras menores do Leblon. O Parque nº 2, na Rua Bonfim, num terreno pertencente à Central do Brasil, tinha 322 casas, já o Parque nº 3, ficava na Praia do Pinto, à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas, em um terreno pertencente ao Instituto dos Comerciários. O Parque Proletário nº 4 foi construído em 1947, após o fim do Governo Vargas, no Amorim. Recebeu os moradores da favela do Jockey Club, próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas. Embora todos tenham sua importância, o que mais se encontra documentação e o que obteve mais ênfase foi o Parque da Gávea, que teve seu terreno doado por Maria Pires da Fonseca, numa faixa de 2500m², à Rua Marquês de São Vicente, 119 a 135.

O Parque da Gávea foi inaugurado em março de 1942. Passava por um rígido controle, que não se dava somente *in loco*, mas na própria escolha de seus moradores. Às 22 horas era fechado o portão de acesso. Segundo Ney Oliveira (1981), no Parque da Gávea tinham-se os seguintes serviços: creche, solário, cultura física, escotismo, bibliotecas, uma Igreja Católica, e uma Escola Pública, entre outras funções. Ainda assim, algumas crianças freqüentavam escolas fora do Parque.

Percebemos, deste modo, que a tentativa de se estabelecer um caráter provisório para os Parques, como seu próprio nome diz, não alcançou seu objetivo, já que acabou tendo sua estrutura durante anos e acabando por se constituir, anos mais tarde, novas favelas.

Em 1946 foi criado o Departamento de Assistência Social que abrange o Serviço de Reeducação e Readaptação e o Serviço de Vilas e Parques Proletários, o qual Victor

⁸ Folha Carioca, 1 de julho de 1944.

Tavares de Moura foi escolhido como seu diretor. Ainda que dois anos antes Victor Tavares de Mora apresente o relatório a Jesuíno de Albuquerque e evidencie que o Serviço de Reeducação e Readaptação da Secretaria de Assistência Social, a SAS, é um dos serviços mais importantes do Departamento de mesmo nome, pois, “dele partem muitas iniciativas e a ele compete grande tarefa no tocante à reeducação dos grupos sociais dos ajustados, bem como a solução de graves casos de famílias e indivíduos”. Segundo Tavares de Moura, o Centro Social do Parque Proletário nº 1 fez diminuir a mortalidade infantil, reduzindo de 39% para 5% do que se via nas favelas. Além disso, atividades dadas para menores, como nos clubes operários, têm “reeducado e despertado o espírito associativo” nos jovens.

Embora a idéia dos Parques Proletários continuasse com a saída de Vargas do poder aparece a falta de verbas para continuá-los e mais uma vez se caracteriza um projeto no Brasil, no qual a continuação administrativa não é feita. Um pouco mais de dez anos depois Henrique Dodsworth escreve uma crônica para o *Correio da Manhã* e faz um balanço de sua tarefa remodeladora e removedora das favelas:

“É notório, e por isso mesmo deveria ser sabido que foram totalmente extintas quatro favelas quando exerci a direção da Prefeitura e que duas foram apenas parcialmente. Extintas a do Capinzal e Olaria, à Rua Marques de São Vicente, a do Arará no Parque dos Minérios e a do Largo da Memória, nas imediações da Avenida Bartolomeu Mitre...

Os moradores de todas elas foram transferidos depois de rigoroso senso qualitativo e quantitativo para os Parques Proletários então criados... reduzidos depois a lamentável ruína, por obra da descontinuidade administrativa em 10 anos de critérios e descritórios de toda sorte...

Outras iniciativas têm surgido, animadas de idéias generosas e sob o patrocínio de personalidades ilustres, mas iniciativas de caráter empírico e, portanto, inadequado.

Somente a feição técnica, que vigorou durante a minha administração na Prefeitura, poderá orientar a solução do problema das favelas. ‘Cidades que já nascem velhas’ como dizia Euclides da Cunha.”⁹

Portanto, o ideal de justiça social se caracterizava como um problema coletivo. Como mostra Angela de Castro Gomes (1999), o trabalhador deveria merecer todos os auxílios para uma melhor condição de vida: saúde, alimentação, habitação, educação, para que não se tornasse um obstáculo ao desenvolvimento da nação. O mal deveria ser combatido e, para isso, deveriam se erradicar seus focos. Segundo a autora, a educação deste novo homem passava por noções de moral, trabalho, disciplina, nacionalidade,

⁹ “Favelas”. *Correio da Manhã*, 28 de março de 1956.

mesmo que para isso possamos observar que poderiam passar por cima de um sentimento de solidariedade que existia dentro das favelas e mocambos e que poderia ou não, se perpetuar nas novas unidades habitacionais que estavam sendo criadas.

Vale ressaltar que em meio às discussões sobre as habitações populares e os modelos de reeducação e readaptação social de seus moradores, ocorre no ano de 1941, a I Conferência Nacional de Educação e Saúde. Embora Gustavo Capanema seja o representante dos dois Ministérios, as Conferências ocorrem isoladamente. Outrossim, um ponto em comum, como dito anteriormente, tornou-se uma preocupação fundamental às duas Conferências: a Educação Sanitária. Isto mostra que as inquietações nos Parques Proletários estavam ocorrendo de forma concomitante com o cenário político nacional. Era necessário de uma forma geral cuidados especiais com proteção à criança, alimentação pública e algumas doenças, em especial a tuberculose, como observou na época o diretor do Serviço Nacional de Educação Sanitária, Dr. Abelardo Marinho.

Também nestas Conferências se salientou a proteção e assistência aos menores abandonados e escolas de serviço social, ambos considerados prejudicados, no que tange, por exemplo, à regulamentação, em lei federal, da organização e funcionamento de cursos das escolas de Serviço Social. O papel das assistentes sociais tanto nos Parques Proletários como em quase todo o cenário nacional era de extrema importância. Nelas encontravam-se as figuras de preceptoras, professoras, orientadoras educacionais e até psicológicas.

O Ministério de Gustavo Capanema é criado com uma base que, por um lado, se sensibilizava com uma estrutura autoritária¹⁰, já que perseguira o Comunismo, mas por outro, tinha nas mãos dos modernistas uma saída para alguns valores nacionais, como a exaltação do folclore e da preservação do patrimônio histórico, por exemplo. O Ministério de Capanema, assim como era característico do Estado Novo, tinha uma situação paradoxal.

Um dos exemplos do trabalho dos modernistas e da participação de intelectuais na condução da educação do país foi durante a formação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), datado de 1937 que teve como idealizador Mario de Andrade¹¹. A política do patrimônio era considerada uma política pública que

¹⁰ Boris Fausto, em *História do Brasil*, lembra que embora de caráter autoritário, a educação brasileira, mesmo durante do Estado Novo, não teve o que chama de doutrinação fascista (Fausto, 2004:337).

¹¹ O anteprojeto é encomendado por Capanema em 1936, mas o SPHAN só é criado em 1937, pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro.

tivesse um sentido de colaboração entre o Estado e a sociedade. Era também o momento em que intelectuais e governo se inseriram no mesmo objetivo, sem, no entanto, estarem obrigatoriamente do mesmo lado.

“Forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade” (Pécaut, 1990:15). Nesta frase, Daniel Pécaut remete-nos ao pensamento de que os intelectuais durante o governo Vargas, muito se preocuparam com o problema da unidade nacional. E, no bojo desta preocupação adicionaram suas decepções com o sistema oligárquico que até então ocorria e, assim, resolveram assumir postos como funcionários do governo. De concepções de direita ou de esquerda, modernos ou conservadores, comunistas ou católicos, os intelectuais brasileiros mostraram-se dispostos a organizar a sociedade junto com Vargas, pela crença que depositavam na cultura como meio de se chegar a uma identidade política e cultural.

Tal engajamento se deu pelos idos de 1915, como aponta Pécaut (1990), mas é a partir dos anos de 1920 que se mostra a filiação de alguns destes intelectuais em partidos políticos. Porém, é importante ressaltar que as investidas destes intelectuais nos anos do Estado Novo não representavam que estavam totalmente de acordo com o regime. Por várias vezes houve rugas entre estes e o Presidente, mas ambos tinham em mente a noção de que dependiam um do outro para alcançar os objetivos de educar e com isso, “nacionalizar” a sociedade. Era por meio das políticas culturais, do ensino e da preservação do patrimônio nacional, que se forjaria o que costumavam chamar, à época, de “homem novo”. Assim, observa Daniel Pécaut:

“O projeto do regime pretendia-se mais ‘cultural’ do que mobilizador, e a definição do ‘cultural’ confundia-se amplamente com a dos intelectuais. Trata-se de construir o ‘sentido da nacionalidade’, de retornar às ‘raízes do Brasil’, de forjar uma ‘unidade cultural’. É sempre evidente, para os responsáveis pelo assunto no regime que ‘cultura’ e ‘política’ são dois termos inseparáveis e que cabe a eles fundi-los no quadro do nacionalismo”. (Pécaut, 1990: 69)

É neste cenário que também são criados a União Nacional dos Estudantes - UNE e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, ambos em 1938. Movimentos como o dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, intensificaram as propostas político-pedagógicas no país, para tentar colocar a Educação como um dos temas principais da agenda política brasileira. Assinaram esse Manifesto, entre outros, Fernando de Azevedo, Cecília Meirelles, Afrânio Peixoto. Sob o título de “A Reconstrução

Educacional no Brasil - Ao Povo e Ao Governo”, os “escolanovistas” afirmavam, dentre outras coisas, em seu Manifesto, o seguinte:

“Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade.

[...]

Esse empirismo grosseiro, que tem presidido ao estudo dos problemas pedagógicos, postos e discutidos numa atmosfera de horizontes estreitos, tem as suas origens na ausência total de uma cultura universitária e na formação meramente literária de nossa cultura. Nunca chegamos a possuir uma ‘cultura própria’, nem mesmo uma ‘cultura geral’ que nos convencesse da ‘existência de um problema sobre objetivos e fins da educação’.

[...]

À luz dessas verdades e sob a inspiração de novos ideais de educação, é que se gerou, no Brasil, o movimento de reconstrução educacional, com que, reagindo contra o empirismo dominante, pretendeu um grupo de educadores, nestes últimos doze anos, transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares.

[...]

Em lugar dessas reformas parciais, que se sucederam, na sua quase totalidade, na estreiteza crônica de tentativas empíricas, o nosso programa concretiza uma nova política educacional, que nos preparará, por etapas, a grande reforma, em que palpitará, com o ritmo acelerado dos organismos novos, o músculo central da estrutura política e social da nação.

[...]

Mas, do direito de cada indivíduo a sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais. A educação que é uma das funções de que a família se vem despojando em proveito da sociedade política, rompeu os quadros do Comunismo familiar e dos grupos específicos (instituições privadas), para se incorporar definitivamente entre as funções essenciais e primordiais do Estado.

[...]

Mas, de todos os deveres que incumbem ao Estado, o que exige maior capacidade de dedicação e justifica maior soma de sacrifícios; aquele com que não é possível transigir sem a perda irreparável de algumas gerações; aquele em cujo cumprimento os erros praticados se projetam mais longe nas suas conseqüências, agravando-se à medida que recuam no tempo; o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação que, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua

comunhão íntima com a consciência humana” (Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, 1932).

Fica claro, principalmente nestas últimas linhas do Manifesto, que a intenção de uma educação que estabeleça uma unidade nacional e que faça com que a população realize suas apreensões mediante uma consciência individual e nacional é a pauta deste grupo de intelectuais e que acabará por gerar uma concentração, por parte do governo, em fazer com que junto do Trabalho e da Saúde se consiga um maior panorama para a Educação, mesmo que a partir de então, até o fim do ditatorial Estado Novo, este tripé seja manipulado a fim de que esta tal consciência não seja usada contra o próprio governo. Como enfatiza a passagem de Pécaut: “Enquanto os intelectuais permanecerem fiéis a sua vocação nacional, terão seu lugar garantido nas fileiras do Estado” (1990:74).

É interessante lembrar ainda que o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, junto com Alceu Amoroso Lima, coordenam a implementação da Universidade do Brasil, em lugar da Universidade do Rio de Janeiro, com a proposta de vigiar o corpo docente e discente para que as propostas revolucionárias não os atingissem como queriam os escolanovistas, que observavam uma falta de novos métodos no ensino e queriam uma transformação, principalmente na garantia de uma escola pública, gratuita e sem distinção de gênero.

Neste sentido, o primeiro governo Vargas (1930-1945), modificou estruturas políticas, formulou leis para a educação e para o trabalho e organizou instituições. Embora não escreva especificamente para o Brasil, Angel Rama (1985) mostra que as instituições públicas sempre foram consideradas locais onde a ordem e o progresso seriam marcas de distinção entre o senso comum e a elite letrada do país. Sendo assim, “as instituições foram os instrumentos obrigatórios para estabelecer a ordem e para conservá-la [...]” (Rama, 1985:38).

O período em que agora nos detemos se estruturava cercado de um imenso jogo de poder e de políticas ligadas ao assistencialismo numa perspectiva em que o auxílio mexia diretamente com a questão da cidadania. O interessante é que ser cidadão não era algo que movimentava o universo individual, mas construído para atingir setores mais elevados. Ou seja, não estava em jogo o “ser cidadão”, mas como tais instituições poderiam programá-lo para tal.

A assistência aos pobres da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, neste período teve uma característica peculiar por abarcar uma população que estava fora dos padrões do mercado chamado formal. As pessoas não inseridas no mercado de trabalho e, por isso, entendidas como “desajustados”, ou, ainda, as “classes perigosas”, eram conseqüentemente alocados em instituições como o Albergue da Boa Vontade e os Parques Proletários Provisórios, como mostrados acima.

A relação da discussão entre pobreza, trabalho, educação e assistência trazia, então, como enfoque, a questão dos direitos, dos deveres e sua relação direta com a cidadania. Questões como liberdade e participação não levam rapidamente à resolução dos problemas sociais, entendendo que a cidadania se desdobrou nas três versões dos direitos: a) civis (liberdade, igualdade e propriedade); b) políticos (participação da sociedade no governo); c) sociais (educação, trabalho, saúde, entre outros, que evocam a justiça social) e a sociedade brasileira não soube e, talvez, não saiba ainda hoje como realmente utilizá-los (Carvalho, 2001).

BIBLIOGRAFIA:

BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In.: ZALUAR, Alba. *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

FRAGOSO, Thiago dos Reis. *O território e suas representações espaciais: o caso das favelas no Rio de Janeiro*. Monografia de Graduação. Niterói: UFF, s/d.

GOMES, Ângela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. In.: PANDOLFI, Dulce(org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

MEDEIROS, Lídia Alice. *Atendimento à Pobreza no Rio de Janeiro durante a Era Vargas - do Albergue da Boa Vontade aos Parques Proletários Provisórios: a atuação do Dr. Victor Tavares de Moura (1935-1945)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932.

MOURA, Vitor Tavares. “Favelas do Distrito Federal”. *Aspectos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Sauer, 1943.

OLIVEIRA, Ney dos Santos. *Parque Proletário da Gávea; uma experiência de habitação popular*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1981.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VALLA, Victor Vincent. *Educação e Favela. Políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1986.